

Política.

Luciano Paiva fala por 4 horas

O prefeito afastado de Itapemirim Luciano Paiva (PSB) foi interrogado ontem, por quatro horas, nas investigações do Ministério Público Estadual na Operação Olísipo, que apura suposto esquema de superfaturamento em licitações. O teor não foi revelado.

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



MENOS ESCOLA E SAÚDE

ROYALTIES VÃO PAGAR

CONTAS DAS PREFEITURAS

Projeto libera dinheiro do petróleo para bancar dívidas e custeio

de **VITOR VOGAS**
vvogas@redgazeta.com.br

Que a crise tem dificultado a vida de todos os gestores públicos, não é novidade para ninguém. Amargando drástica queda na arrecadação de receitas, os prefeitos têm acusado dificuldades em cobrir as despesas ordinárias de custeio e pessoal e em pagar as dívidas públicas.

Sensível aos apelos dos prefeitos, o governo estadual jogou-lhes uma boia de salvação, tirando da manga uma solução provisória que é tão atípica quanto incerta: o projeto de lei enviado pelo Executivo e aprovado pela Assembleia Legislativa no último dia 15, que flexibiliza os critérios de aplicação dos recursos repassados pelo Estado aos municípios via Fundo para Redução das Desigualdades Regionais. Para este ano, a estimativa é de que o Fundo receba R\$ 110,9 milhões.

A nova lei só aguarda sanção do governador Paulo Hartung (PMDB). Assim que for assinada, os prefeitos ficarão autorizados a usar até 50% da verba para pagamento de despesas de custeio (água, luz, telefone, por exemplo) e, de forma inédita, até 100% da verba para quitação de dívidas com a União. Isso até o fim do ano. Na prática, é dinheiro do petróleo indo bancar custeio e dívidas.

O "xis da questão" é que, originalmente, os municípios beneficiados só poderiam aplicar o dinheiro do Fundo em investimentos sociais (saúde, saneamento, moradias populares, entre outros), conforme explicita,



CARLOS ALBERTO DA SILVA/ARQUIVO

Parte dos royalties de petróleo é repassada por meio do Fundo às cidades para reduzir as desigualdades

ENTENDA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

▼ Origem dos recursos

A cada ano, o governo estadual forma o Fundo para Redução das Desigualdades Regionais com 30% dos royalties repassados ao Estado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em 2014, o Fundo teve R\$ 139,2 milhões. Este ano, o governo estima redução: R\$ 110,9 milhões

serão destinados à formação do Fundo.

▼ Critérios

Buscando maior equilíbrio, a distribuição dos recursos do Fundo é definida em função do tamanho da população dos municípios contemplados e de sua participação no ICMS. Ficam de fora as cidades já fortemente beneficiadas com royalties e aquelas

com alta participação na partilha do ICMS.

▼ Equilíbrio

Em resumo, o Fundo proporciona maior equilíbrio entre as cidades na divisão dos repasses de recursos estaduais.

▼ Mudança

Pela lei que criou o Fundo, os municípios

beneficiados só poderiam usar a sua cota-parte em investimentos sociais. Essa exigência é, no entanto, temporariamente suspensa, até o fim de 2015, com o projeto de lei enviado pelo Executivo e aprovado pelos deputados no último dia 15, que flexibiliza os critérios de aplicação da verba.

textualmente, o artigo 3º da Lei 8.308/2006, que instituiu o mecanismo. A dúvida inevitável é se, buscando tapar um buraco, os gestores deixarão outro descoberto.

Para alguns especialistas, sim. Para o governo, não. Exposto pela secretária de Es-

tado da Fazenda, Ana Paula Vescovi, o raciocínio é o seguinte: mesmo que, por um lado, os prefeitos deixem de fazer investimentos imediatos, por outro a medida vai ajudá-los justamente a garantir investimentos futuros. Isso porque, se ficarem ina-

dimplentes, os municípios perdem a regularidade fiscal, ficam impedidos de firmar convênios e até podem ter cortadas transferências federais – o que os afundaria ainda mais em dívidas.

Em contrapartida, assegurando o pagamento da dí-

vida, o município zera as contas e pode garantir, no futuro, os repasses que vão permitir investimentos sociais. "Acreditamos que isso vá, sim, se reverter em investimentos, pois tira uma trava importante", diz Ana Paula.

O governo estadual criou

o Fundo em 2006 com o objetivo de reservar parte dos royalties repassados ao Estado pela União para ajudar a corrigir as desigualdades econômicas observadas entre as cidades capixabas. Justamente naquele ano, a extração de petróleo e gás começou a ganhar força no Estado, o que passou a gerar distorções entre os municípios produtores e os não produtores, quanto à participação na partilha do ICMS.

PARTICIPAÇÃO

Além de receber royalties diretamente da União, os municípios produtores passaram a contar com uma fatia maior no rateio do ICMS. Isso porque a produção de petróleo e gás aumenta o Índice de Participação dos Municípios (IPM) das cidades produtoras, fator que define a fração de cada prefeitura na divisão do bolo do ICMS.

Assim, o advento da atividade petrolífera passou a provocar desproporções no rateio, levando as poucas cidades produtoras a atingir um IPM muito elevado, logo um repasse de ICMS proporcionalmente muito maior do que o das demais cidades. Foi exatamente para minimizar essa disparidade que o Fundo foi criado.

Dele são excluídos os municípios já bem recompensados com royalties (Linhares, São Mateus etc.) e aqueles cuja porcentagem na divisão do ICMS supere os 10% do total distribuído pelo Estado.



PROBLEMAS DE GESTÃO

Mudança no uso dos royalties não é eficiente, dizem especialistas

Eles explicam que a solução não é benéfica para os municípios no longo prazo

▄ VITOR VOGAS
vvogas@redgazeta.com.br

Especialistas ouvidos pela reportagem de A GAZETA veem com ressalvas a lei prestes a ser sancionada pelo governador Paulo Hartung (PMDB), que permite a aplicação da verba do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais para custeio e quitação de dívidas pelos municípios.

Para o mestre em Administração Pública e professor da Ufes Hugo Júnior Brandão, o problema não pode ser corrigido dessa forma.

“É uma solução ‘meia-sola’ que pode ser benéfica emergencialmente, porém desvirtua as finalidades do Fundo e os objetivos públicos de longo prazo. Se essa situação chegou a ser crítica a ponto de o município não conseguir pagar o que deve com a sua arrecadação, é porque faltou planejamento lá atrás.”

Ainda segundo ele, corre-se o risco de isso se tornar uma moeda de troca entre as instâncias decisórias.

PhD em Economia, o diretor da Fucape, Arilton Teixeira, avalia que o recado



Arilton Teixeira: prefeitos formam grupo de pressão

passado pela lei é que você não precisa ser eficiente.

“Uma forma de impor aos prefeitos o respeito ao planejamento e às normas seria não deixá-los usar es-

sas receitas do Fundo para o pagamento de dívidas, deixando que fossem penalizados aqueles que não conseguissem se ajustar. Mas vivemos numa democracia, e

DIVULGAÇÃO

—
“Se queremos que eles (prefeitos) tenham eficiência, o Estado não deveria dar essa possibilidade”

—
ARILTON TEIXEIRA
PHD EM ECONOMIA

os prefeitos formam um grupo de pressão. Se queremos que eles tenham eficiência, o Estado não deveria dar essa possibilidade.”

FALHAS

Único deputado a votar contra o projeto em plenário, no último dia 15, Sérgio Majeski (PSDB) ressalva que entende as dificuldades que as prefeituras têm atravessado. Para ele, porém, o projeto falha por não exigir dos prefeitos nenhuma contrapartida no sentido de buscarem aprimorar a qualidade da gestão para não precisarem mais recorrer a esse tipo de mecanismo no futuro.

“Por exemplo, boa parte gasta demais com servidores comissionados e projetos de interesses paroquianos.”

Presidente da Amunes: faltou planejamento

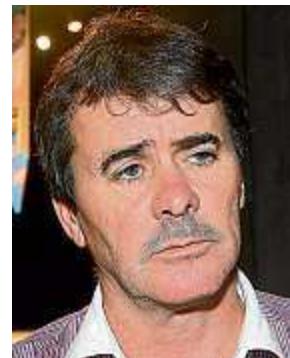
▄ Apesar de comemorar a aprovação do projeto que autoriza os prefeitos a pagar dívidas com recursos do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais – segundo ele, “um alívio” –, o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, Dalton Perim, admite: a crise é dura e afeta a todos, mas alguns podem ter chegado a essa situação por falta de planejamento.

“Com certeza, houve isso também. Houve de tudo um pouco: prefeitos que não acreditaram na crise ou que não se planejaram direito”, afirmou.

Segundo Dalton Perim, as despesas de custeio têm aumentado muito nos últimos anos, enquanto as receitas livres têm diminuído. Sem conseguir honrar os débitos, alguns municípios correm o risco de não obterem a certidão de quitação junto à Receita Federal.

“Vários estão tendo problema, principalmente por causa de dívidas com precatórios e INSS.”

CRISE



“Com certeza, houve isso (falta de planejamento) também. Houve de tudo um pouco: prefeitos que não acreditaram na crise ou que não se planejaram direito”

DALTON PERIM
PRESIDENTE DA AMUNES

O presidente da Amunes cita Água Doce do Norte, onde o comprometimento da receita com pessoal já ultrapassa os 70%.